

Ajustar acções para travar uniões prematuras

ANA RITA TENE

APROXIMADAMENTE 130 raparigas casam-se precocemente em média por dia no país, o que corresponde a cinco uniões prematuras por hora. Estatísticas do sector do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) mostram que o fenómeno ainda está muito longe de ser controlado.

De acordo com o Inquérito de Indicadores de Malária e HIV e Sida (IMASIDA-2015), 48,2 por cento das raparigas casaram-se antes dos 18 anos e, destas, 14,3 por cento estiveram unidas antes dos 15 anos.

Trata-se de raparigas que, não raras vezes, são obrigadas a abandonar os estudos para se juntar a homens muito mais velhos em pagamento de dívidas contraídas pelos pais, ou porque engravidaram cedo, com



Preocupante índice de uniões prematuras no país

todas as consequências de saúde e sociais daí decorrentes.

O cenário é agravado pelos índices de gravidez na

adolescência, que figura no topo das causas do abandono escolar. Anualmente, milhares de raparigas em todo o país deixam a escola devido a

gravidezes indesejadas.

A situação é mais preocupante nas zonas rurais, onde o baixo nível de escolaridade e as práticas cos-

tumeiras, configuradas nos ritos de iniciação, acabam empurrando as raparigas para uniões na adolescência.

O Ministério do Género, Criança e Acção Social destaca que a avaliação da estratégia nacional constatou que a mitigação, recuperação e empoderamento tiveram avaliação abaixo do desempenho esperado.

Por outro lado, a disseminação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras e capacitação dos diversos actores tiveram resultados encorajadores, apesar da persistência de lacunas na abrangência da divulgação.

O ministério aponta a definição de um sistema de monitoria da lei e definição de indicadores de resultados, agregação e documentação como os principais desafios para reduzir os índices de uniões prematuras.



Diferença de idade perpetua violência contra a rapariga

Há fragilidades na divulgação das leis

O NÚMERO de raparigas que se casam antes dos 18 anos de idade continua elevado no país, evidenciando fragilidades na divulgação e implementação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras.

A presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologias e Comunicação Social na Assembleia da República (AR), Lúcia Mafuiane, refere que a existência de muitas crianças submetidas a casamentos forçados revela limitações na divulgação das leis existentes sobre a matéria.

Mafuiane, que falava na recente Conferência de Operacionalização da Lei 19/2019, sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, defende a adopção de estratégias concertadas entre os vários actores para ga-

rantir a sua divulgação e implementação.

"Estamos aqui para estudar mecanismos de mudar a estratégia inicial que não está a dar certo. Esperamos sair da conferência com ideias de como reforçar a divulgação da lei. Como terceira Comissão da Assembleia da República, estamos aqui para coordenar com outros actores a busca de novas estratégias", disse Mafuiane.

A fonte acrescenta que a Assembleia da República tem estado a reforçar o seu papel de legislador e fiscal das normas.

Reconhece que a pandemia e ataques terroristas na província de Cabo Delgado comprometeram os esforços visando à divulgação da norma nas comunidades.

Covid-19 agrava situação da rapariga

AS restrições de mobilidade, em resultado da Covid-19, e ainda os conflitos armados no centro e norte aumentaram a incidência das uniões prematuras.

A presidente da Coligação para Eliminação de Uniões Prematuras (CECAP), Ferosa Zacarias, destaca que a pandemia e os ataques armados agravaram a situação dos direitos humanos das raparigas e condiciona-

oportunidades socioeconómicas. Também limitam o seu poder de tomada de decisão sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos", acrescentou.

As doenças sexualmente transmissíveis, a violência baseada no género, trabalho infantil, mortalidade materna e infantil e a fistula obstétrica representam alguns dos problemas que afectam as meninas no país, comprometendo

raparigas em áreas urbanas começam a casar-se mais tarde, comparativamente às raparigas das áreas rurais, o que se traduz numa média mais elevada da idade para o casamento.

"Nas áreas urbanas, a média é de 19,6 anos contra 18,2 nas áreas rurais. Regista-se também menor proporção de raparigas casadas antes dos 15 anos (11,5 por cento nos centros urbanos contra 16,1 por



DISCUTINDO LEIS

DIDIER MALUNGA
Jurista - didiermalunga@gmail.com



Dignidade e direitos (17)

os ataques armados agravaram a situação dos direitos humanos das raparigas e condicionaram a operacionalização da lei. “As uniões prematuras privam as meninas do acesso à educação, roubando-lhes

representam alguns dos problemas que afectam as meninas no país, comprometendo o gozo pleno dos seus direitos e dificultando o seu empoderamento.

Refere, no entanto, que as

raparigas casadas antes dos 15 anos (11,5 por cento nos centros urbanos contra 16,1 por cento nas zonas rurais) e antes dos 18 anos (55,7 por cento nas áreas rurais contra 36,1 das cidades)”, acrescenta.



“Covid-19 e conflitos agravaram vulnerabilidade da rapariga” - Ferosa Zacarias



“País registou avanços nos direitos da criança” - Andrea Wojnar

Avanços na protecção das adolescentes

O AUMENTO da idade mínima de casamento e a revogação do Decreto Ministerial que obrigava à transferência das alunas grávidas para o curso nocturno são alguns dos avanços alcançados na protecção dos direitos da rapariga.

A representante do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Andrea Wojnar, realça que Moçambique faz parte dos 42 países que a nível global desenvolveram estratégias e planos de acção para erradicação deste mal.

Para Wojnar, a existência de leis é crucial, assim como a sua ampla e profunda disseminação, e acrescenta que a aprovação de instrumentos normativos ajuda a promover mudanças de comportamento e atitude.

“Uma das melhores maneiras de prevenir as uniões em adolescentes é mantê-las na escola, mas para que lá permaneçam são necessários esforços para lidar com a discriminação e as normas sociais que determinam as oportunidades e potencial disponível para elas”, afirmou.

No entender da fonte, as escolas devem ser seguras, ter instalações adequadas para atender às necessidades de meninos e meninas, ser acessíveis e fornecer educação de qualidade.

A representante do FNUAP aponta ainda a necessidade de harmonização da Lei da Família, adopção de planos de acção com intervenções claras para retardar as uniões prematuras, aumentar o investimento nas meninas mais pobres e marginalizadas.

“Em quatro países da África Oriental e Austral, incluindo Moçambique, há evidências de que as raparigas adolescentes estão sendo severamente afectadas pela pandemia e estão a registar aumento de casos de violência, uniões prematuras e gravidez precoce. Em parte, estas situações são causadas pelo encerramento de escolas e acesso limitado aos serviços de saúde sexual e reprodutiva”, lamentou.

Uma violação dos direitos da criança

AS uniões prematuras têm impacto negativo na saúde e bem-estar das raparigas, nos índices de mortalidade materna e infantil, devido às gravidezes precoces, bem como do estado nutricional e acesso à educação.

O fenómeno está associado a uma alta taxa de desistência escolar das meninas, pois elas sofrem pressão social da família e da comunidade para se casarem. Por outro lado, a diferença de idade entre os parceiros concorre para uma dinâmica de poder desigual e abusivo, incluindo a violência de género. Para a representante do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Luísa Fornara, as uniões prematuras negam às meninas as oportunidades económicas para sair da situação de pobreza.

Fornara entende que é importante fortalecer a aplicação da lei aprovada em 2019 visando prevenir casamentos prematuros, proteger as raparigas em risco e atender às necessidades das



Luísa Fornara defende maior protecção das meninas

raparigas afectadas, garantindo também abrigo e acolhimento.

“Também é necessário que o Governo tenha planos e recursos entre ministérios e departamentos nos níveis subnacionais para operacionalizar e coordenar a prevenção e resposta a este mal que aflige a sociedade”, acrescentou.

A fonte defende que todos têm um papel a desempenhar na prevenção de uniões prematuras, na mudança de comporta-

mento, promovendo campanhas em prol de um ambiente familiar e comunitário de apoio aos direitos da rapariga e a construção de consenso sobre alternativas aos casamentos prematuros.

“As comunidades têm um papel a desempenhar no encaminhamento, denúncia e protecção das vítimas, responsabilização dos perpetradores, garantindo uma resposta multissetorial através da gestão integrada de casos”, acrescenta.

